



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 312 /GP/93

DE 09 DE MARÇO DE 1993.

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a esta Câmara municipal
o Projeto de Lei nº 441 de 09 de março de 1993, que Autoriza o
Poder Executivo a Firmar Convênio com a CEPLAC."

No ensejo externamos nossos votos de estima
e elevada consideração

Atenciosamente,

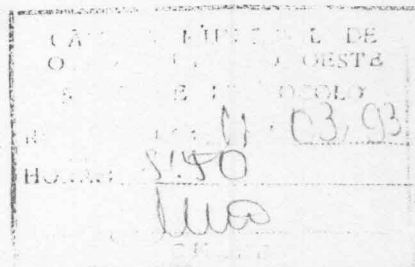
AGMAR DE SOUZA GOMES - PIAU
PREFEITO MUNICIPAL

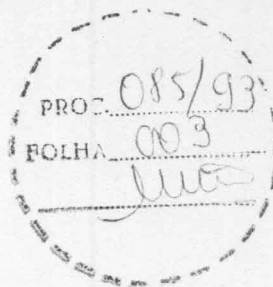
EXMO SR.

AURO VIEIRA COELHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE-RO.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 435

DE 09 DE MARÇO DE 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

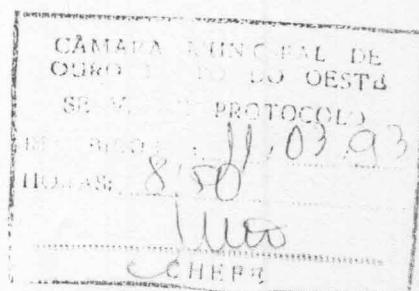
Com atenciosos cumprimentos e levando consideração a necessidade de o Município adquirir Tecnologia Agropecuária e Gerencial, com incentivo aos produtores rurais, o Poder Executivo Municipal encaminha para a apreciação de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a Firmar Convênio com a CEPLAC."

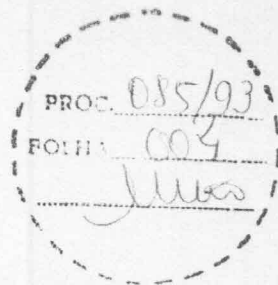
A CEPLAC, encaminhou a este Executivo Municipal minuta de Convênio que segue em anexo, após analisado pela Procuradoria Jurídica verificou-se de sua legalidade, existe a vontade política de auxiliar e colocar a disposição aos produtores rurais tecnologia adequada.

Tal propositura encontra fulcro nos artigos 58 XVI e 153 a 157, motivo pela qual, rogo a Vossas Excelências a aprovação do presente Projeto no menor prazo possível.

Palácio dos Pioneiros,

AGMAR DE SOUZA GOMES - PIAU
PREFEITO MUNICIPAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 441

DE 09 DE MARÇO DE 1993.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
FIRMAR CONVÊNIO COM A CEPLAC."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu
sancio a seguinte Lei:

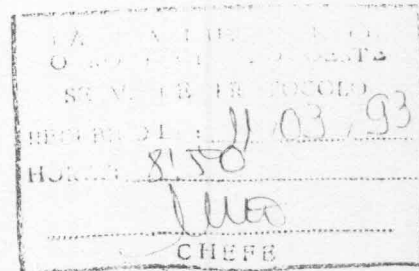
Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal auto-
rizado a firmar convênio com a Comissão Executiva do Plano de
Lavoura Cacaueira - CEPLAC, nas condições previstas no convênio
em anexo.

Art. 2º) O crédito decorrente do presente con-
vênio correrá por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 4º) Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

AGMAR DE SOUZA GOMES - PIAU
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO 1



SR. PS
Coshacimans
PARECER

21/02/93
Mário José Guedes - Prefeito
HEFE DE GABINETE
PORTARIA 616 de 05-01-93

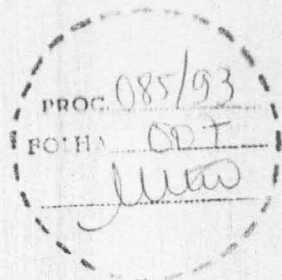
CONVENIO que celebram o
Município de
a COMISSAO EXECUTIVA DO FLAND
DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC,
visando a transferencia de
tecnologia agropecuária e
gerencial aos produtores
rurais.

O Município de
aqui em diante denominado simplesmente MUNICIPIO, neste ato
representado por seu Prefeito Municipal Senhor
CFF/MF, devidamente autorizado pela
Câmara Municipal, conforme consta da Lei num. de / /
e a COMISSAO EXECUTIVA DO FLAND DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC,
CGC-MF situada na
representada pelo seu titular Sr.
CIC, residente e domiciliado
na, portador da Carteira de
Identidade num., órgão expedidor
, nos encargos de, conforme delegação de
competência conferida pela Portaria Ministerial num., de
de de 19, publicada no Diário Oficial da União de
de de 19, resolvem celebrar o presente CONVENIO,
sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-lei num.
93.072, de 23/12/86 e da IN/STN num. 03 de 27/12/90, mediante as
cláusulas e condições seguintes:

CA	1	1	1
OU	1	1	1
SE	1	1	1
RECEB	1	1	1
HORA	1	1	1
CH			

De acordo
com convenio
09/03/93
[Signature]

CLAUSULA TERCEIRA -

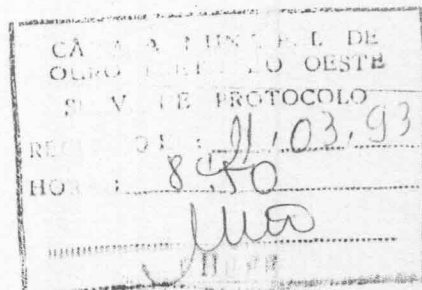


I - A CEPLAC compete:

- a) orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos conveniados, cabendo-lhe acompanhar atividades de execução, verificar a exata aplicação dos recursos do convênio e avaliar os resultados;
- b) elaborar um planejamento anual que deverá considerar as prioridades locais e de acordo com a orientação e os princípios que norteiam os programas e atividades desta entidade;
- c) apresentar à PREFEITURA, relatório dos trabalhos realizados à conta do presente CONVENIO;
- d) colaborar com a PREFEITURA na elaboração da prestação de contas a ser submetida ao Tribunal de Contas do Município e/ou Tribunal de Contas do Estado, quando para tal fim solicitada;
- e) Restituir o eventual saldo de recursos à PREFEITURA na data da conclusão ou extinção do presente CONVENIO.

II - A PREFEITURA compete:

- a) orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos conveniados, cabendo-lhe especificamente acompanhar atividades de execução, verificar a exata aplicação dos



recursos do convênio e avaliar os resultados;

b) Incluir em seus orçamentos anuais importâncias destinadas aos serviços previstos neste CONVENIO.

CLAUSULA QUARTA -

Para a execução das atividades previstas neste convênio dar-se-á o valor de Cr\$ (por extenso), de acordo com as seguintes distribuições.

I - PREFEITURA :

- a) Cr\$ (por extenso), para o presente exercício.
- b) Cr\$ (por extenso), para o exercício de 19 .

PARAGRAFO UNICO - Os recursos para atender as despesas nos exercícios de 19 a 19 , estão consignados na Lei nr. de de 19 e constarão do orçamento, anualmente, durante o prazo de execução do presente CONVENIO.

CLAUSULA QUINTA -

Os recursos serão liberados obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que será elaborado em compatibilidade com o Programa de Trabalho.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Os recursos referentes ao presente CONVENIO

CASA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO - OESTE	
SE V. DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM:	11/08/93
HORAS:	8:50
W	
CHIEF	

serão mantidos na conta nr.

Brasil S/A, Agência

do BANC

PROC. 085/93

de 009

PARAGRAFO SEGUNDO - Fica vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, inclusive aplicações no mercado financeiro, salvo as autorizadas em legislação específica, obrigando-se o (a) (entidade conveniente) , restituir o referido recurso, acrescido de juros e correção de acordo com o índices legais.

PARAGRAFO TERCEIRO - A liberação dos recursos de que trata este **CONVENIO**, a partir da terceira parcela, ficará condicionada a apresentação do Relatório de Execução Físico-Financeira demonstrando o cumprimento da etapa ou fase referente à primeira parcela e assim sucessivamente.

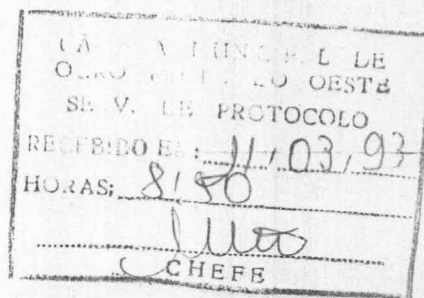
CLAUSULA SEXTA -

A **PREFEITURA** fará o acompanhamento da execução deste **CONVENIO**, além do exame das despesas, avaliação técnica relativa aplicação dos recursos de que tratam as prestações de contas referidas na **CLAUSULA SÉTIMA**, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e o atingimento de objetivos.

CLAUSULA SÉTIMA -

Fica a **CEPLAC** investida nas funções de executora do presente **CONVENIO**, cabendo-lhe, para tanto, organizar e operacionalizar os serviços necessários, através de seu Escritório e de seus Técnicos, podendo atribuir tarefas a entidades com quem mantiver ou venha a manter convênios, contratos ou acordos.

5



PARAGRAFO PRIMEIRO - A CEPLAC poderá, se necessário, contratar com terceiros, serviços técnicos e administrativos indispensáveis a execução deste CONVENIO;

PARAGRAFO SEGUNDO - é da inteira responsabilidade da CEPLAC os serviços delegados ou contratados com terceiros.

CLAUSULA OITAVA -

O prazo de vigência do presente CONVENIO será de (.....) ano (s), a partir da data de sua publicação no Diário Oficial (.....), podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes.

CLAUSULA NONA -

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos que remanescerem em razão deste CONVENIO serão destinados à (ao) na data de extinção do presente Instrumento.

PARAGRAFO UNICO - Após o cumprimento do objeto deste Instrumento a critério do, os bens materiais e equipamentos adquiridos com recursos deste CONVENIO e que sejam necessários para assegurar a continuidade do programa governamental, poderão ser doados ao

CLAUSULA DÉCIMA -

O presente CONVENIO poderá ser denunciado pelos convenientes e rescindido a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e

PROC. 085/93
030
Luo

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO - GOIÁS
SERV. DE PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 11/03/93
HORAS: 8:50
Luo
CHIEF

creditando-se-lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período. E nas seguintes situações

PROC. 085/93
MÊS 011
WUW

I - por inadimplimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, cabendo a iniciativa a parte que se julgar prejudicada;

II - por não interessar a uma das partes a continuação dos serviços;

III - por superveniência de norma legal que impossibilite sua execução.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de denúncia ficarão ressalvados todos os compromissos de ordem financeira assumidos, vencidos ou vincendos, os quais deverão ser pagos até ao final.

PARAGRAFO SEGUNDO - A denúncia, de que trata o item II, para ser efetivada, deverá ser feita, no mínimo, com três meses de antecedência.

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA -

Este **CONVENIO** poderá ser modificado, através de termo aditivo, de comum acordo entre os convenientes, desde que não haja mudança do objeto.

CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA -

Em qualquer ação promocional, em função deste **CONVENIO** deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação da CEPLAC.

PARAGRAFO UNICO - Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste **CONVENIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou

CAMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO - TO. OESTE
SERV. DE PROTOCOLO
RECEBIDO: 11/03/93
HORAS: 8:50
WUW
CHEFE

servidores públicos.



CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA -

Fica eleito o foro da cidade
de Estado de,
para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste
instrumento.

CLAUSULA DÉCIMA-QUARTA -

O presente CONVENIO entrará em vigo a partir da
data de sua assinatura.

E, para firmeza e validade do que ficou, por este
instrumento, convencionado, lavrou-se este instrumento em quatro
vias, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas
partes convenientes e pelas testemunhas presentes.

(Cidade.....), ... de de 19..

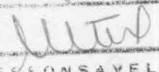
BRANCO

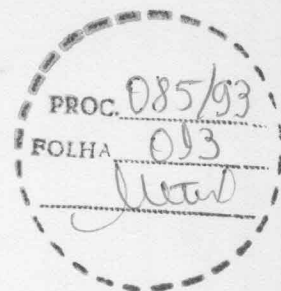
.....
Prefeito Municipal

.....
(Representante da CEPLAC)

Testemunhas

CASA MUNICIPAL DE	
OLHO D'ÁGUA DO OESTE	
SE. V. DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM:	11/03/93
HORAS:	8:50
<i>[Signature]</i>	
CHEFE	

Câmara Municipal de São João do Oeste	
PROT. Nº 085/93	
11/03/93	Nº 085/93
 RESPONSÁVEL	



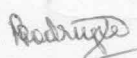
Ao Exm^o. Sr.

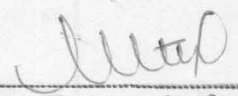
Presidente do Poder Legislativo Municipal.

Segue o presente processo para providências.

Em, 11-03-93.

A Sec^o Legislativa
 P/ ordem do dia.
 EM 11-03-93

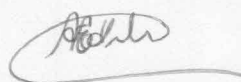



 Maria Teixeira de O. Coelho
 Serviços de Protocolo
 Port. n.º 015 | CMOPO | RO | 93

Ao Plenário

Para conhecimento

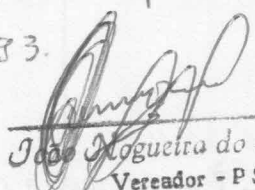
12-03-93



A Sec^o Legislativa

Segue o presente processo para providências

15-03-93.


 João Nogueira do Nascimento
 Vereador - PSDB

A Comissão Permanente de Justiça e Redação
 Para se parecer. 15-03-93



ASSESSORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/93

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO

O Projeto de Lei acima, nas condições ' em que se encontra não tem como ser analisado pela Câmara, uma vez que o Artigo 1º do mesmo diz textualmente:

Art. 1º) "Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Comissão Executiva do Plano' de Lavoura cacaueira - CEPLAC, nas condições previstas no Convênio' em anexo".

Analisando as condições do Convênio em anexo, vê-se que o mesmo está totalmente em branco quando se refere às condições e sem assinatura do Prefeito e do representante da ' CEPLAC.

Assim sendo, somos de parecer que o Projeto de Lei seja devolvido à Prefeitura para após uma proposta concreta e assinada ser apreciado pela Câmara.

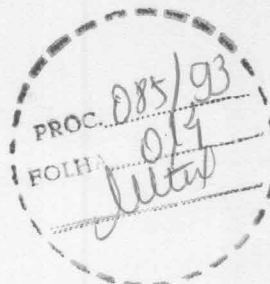
É nosso Parecer.

Ouro Preto do Oeste-RO, 16 de março/ 93


JOSE MARTINS DOS ANJOS

ASSESSOR - JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/93

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO

O Projeto de Lei acima, nas condições
em que se encontra não tem como ser analisado pela Câmara, uma vez
que o Artigo 1º do mesmo diz textualmente:

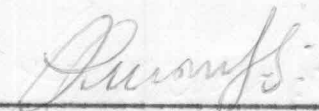
Art. 1º) "Fica o Poder Executivo Municipa
pal autorizado a firmar convênio com a Comissão Executiva do Plano
de Lavoura cacaueteira - CEPLAC, nas condições previstas no Convênio
em anexo".

Analisando as condições do Convênio em
anexo, vê-se que o mesmo está totalmente em branco quando se refere
às condições e sem assinatura do Prefeito e do representante da
CEPLAC.

Assim sendo, somos de parecer que o Pro
jeto de Lei seja devolvido à Prefeitura para após uma proposta con
creta e assinada ser apreciado pela Câmara.

É nosso Parecer.

Ouro Preto do Oeste-RO, 16 de março/ 93



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/93

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO

O Projeto de Lei acima, nas condições
em que se encontra não tem como ser analisado pela Câmara, uma vez
que o Artigo 1º do mesmo diz textualmente:

Art. 1º) "Fica o Poder Executivo Municipa
pal autorizado a firmar convênio com a Comissão Executiva do Plano
de Lavoura cacaueteira - CEPLAC, nas condições previstas no Convênio
em anexo".

Analisando as condições do Convênio em
anexo, vê-se que o mesmo está totalmente em branco quando se refere
às condições e sem assinatura do Prefeito e do representante da
CEPLAC.

Assim sendo, somos de parecer que o Pro
jeto de Lei seja devolvido à Prefeitura para após uma proposta con
creta e assinada ser apreciado pela Câmara.

É nosso Parecer.

Ouro Preto do Oeste-RO, 16 de março/ 93

JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO DE 1993 .

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO"
COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DO RELATOR

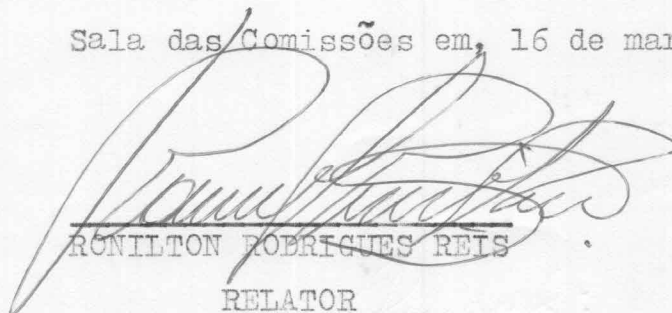


O Projeto ora em análise, não pode nem deve ser objeto de apreciação por este Relator, uma vez que o mesmo diz expressamente em seu Artigo 1º de que o Convênio será nas condições previstas no Convênio em anexo.

As condições previstas no Contrato em anexo estão com seus espaços em branco e sem assinatura do Representante da CEPLAC e do Prefeito, assim por estas razões somos de parecer que o Projeto seja devolvido à Prefeitura e que a mesma providencie preencher os espaços em branco e colha as assinaturas da proposta de Convênio e assim envie novamente o Projeto à Câmara Municipal para a devida apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993 .


RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO DE 1993 .

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO
COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 014



O Projeto ora em análise, não pode nem deve ser objeto de apreciação por este Relator, uma vez que o mesmo diz expressamente em seu Artigo 1º de que o Convênio será nas condições previstas no Convênio em anexo.

As condições previstas no Contrato em anexo estão com seus espaços em branco e sem assinatura do Representante da CEPLAC e do Prefeito, assim por estas razões somos de parecer que o Projeto seja devolvido à Prefeitura e que a mesma providencie preencher os espaços em branco e colha as assinaturas da proposta de Convênio e assim envie novamente o Projeto à Câmara Municipal para a devida apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993 .


RONILTON RODRIGUES REIS.

RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO DE 1993 .

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO"
COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 014

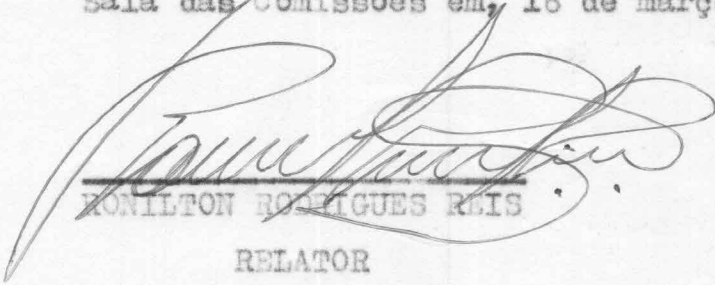


O Projeto ora em análise, não pode nem deve ser objeto de apreciação por este Relator, uma vez que o mesmo diz expressamente em seu Artigo 1º de que o Convênio será nas condições previstas no Convênio em anexo.

As condições previstas no Contrato em anexo estão com seus espaços em branco e sem assinatura do Representante da CEPLAC e do Prefeito, assim por estas razões somos de parecer que o Projeto seja devolvido à Prefeitura e que a mesma providencie preencher os espaços em branco e colha as assinaturas da proposta de Convênio e assim envie novamente o Projeto à Câmara Municipal para a devida apreciação.

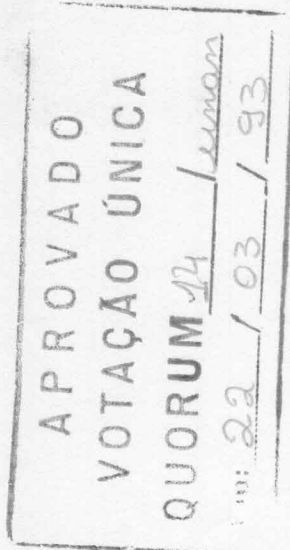
É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993 .


RONILTON RODRIGUES REIS

RELATOR

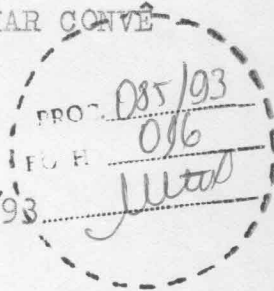
COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/ 1.993.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 014/93



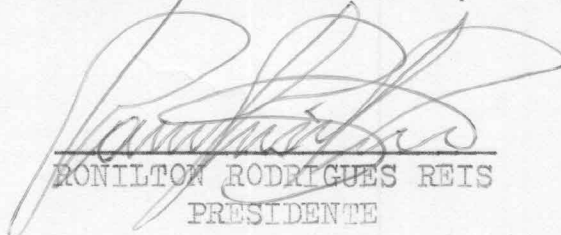
Esta Comissão em detida análise ao Projeto ,
sentiu que não tem como apreciar o Projeto, uma vez que as clausu
las estão em branco.

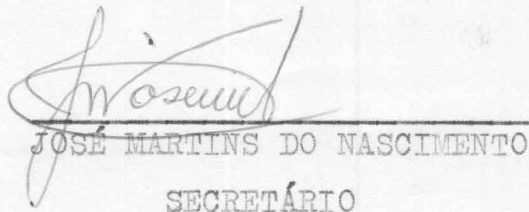
A Câmara não tem condições de aprovar um Con
vênio sem saber quais os valores reais deste Convênio.

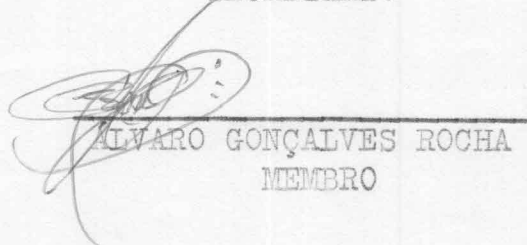
Por estas razões, somos de parecer que o Pro
jeto deve ser devolvido ao Poder Executivo para que o mesmo preen
cha as cláusulas, a fim de que o referido Projeto possa retornar à
Câmara para devida apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993.


RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO

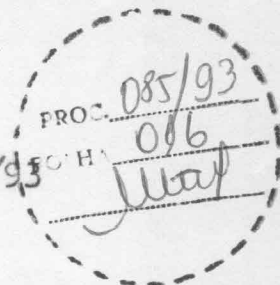
APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 22 / 03 / 93

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/ 1.993.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 014/93



Esta Comissão em detida análise ao Projeto, sentiu que não tem como apreciar o Projeto, uma vez que as cláusulas estão em branco.

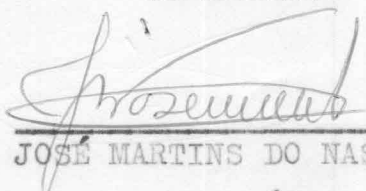
A Câmara não tem condições de aprovar um Convênio sem saber quais os valores reais deste Convênio.

Por estas razões, somos de parecer que o Projeto deve ser devolvido ao Poder Executivo para que o mesmo preencha as cláusulas, a fim de que o referido Projeto possa retornar à Câmara para devida apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993.


RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO

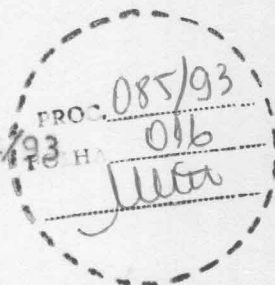
APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 22
Em 22 / 03 / 93

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO/ 1.993.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CEPLAC".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 014/93



Esta Comissão em detida análise ao Projeto, sentiu que não tem como apreciar o Projeto, uma vez que as cláusulas estão em branco.

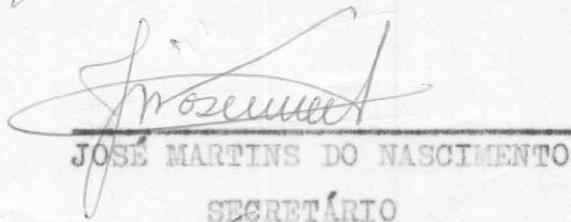
A Câmara não tem condições de aprovar um Convênio sem saber quais os valores reais deste Convênio.

Por estas razões, somos de parecer que o Projeto deve ser devolvido ao Poder Executivo para que o mesmo preencha as cláusulas, a fim de que o referido Projeto possa retornar à Câmara para devida apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 16 de março de 1.993.


RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO


ELVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO



Do Gabinete

Para encaminhar o presente projeto
ao poder Executivo para providenciar

22.03.93.

Alto

A prefeitura,

conforme parecer da comissão
permanente de jurídica e redação,
segue o referido projeto para
providências.

EM 23-03-93

Alto

AO PJ.

Para Parecer e Análise

do Parecer do P. Adjunto,
em Anexo.

Magno José Guedes Parreto
CHEFE DE GABINETE
PORTARIA 616 de 05-01-93

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

PROCURADORIA JURIDICA



PARECER Nº008/PJ/93

EM, 29 de março de 1993.

PROPUSITURA: PROJETO DE LEI Nº 441 DE 09 DE MARÇO DE 1993.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CEPLAC"

O Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhou a esta P.J, minuta de um convênio a ser firmado com a CEPLAC, após análise verificou-se que os termos contratuais atendia as especificações legais, motivo pelo qual recomendamos envio de mensagem ao Legislativo solicitando autorização para assinatura do contrato objeto do Projeto de Lei nº 441/93.

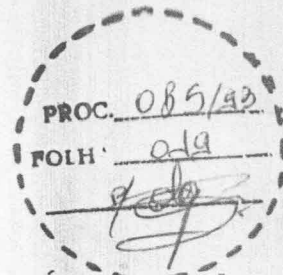
Enviado ao Assessor Jurídico da Câmara, o mesmo proferiu o seguinte parecer: "Analisando as condições do convênio em anexo, vê-se que o mesmo está totalmente em branco quando se refere às condições e sem assinatura do Prefeito e do representante da CEPLAC."

Ora, se o contrato estivesse preenchido e com a assinatura do Contratante e do Contratado, firmado estaria o convênio e sem a autorização do Legislativo e incorrido o Prefeito em crime de responsabilidade.

O que foi enviado ao Legislativo, foi uma mensagem solicitando autorização para se firmar convênio não o convênio assinado para simples homologação. Entendemos que o Poder Legislativo é um Poder independente e não apenas um homologador dos atos do Poder Executivo; motivo pelo qual não foi assinado o convênio antes da autorização do Legislativo.

PARECER Nº 008/PJ/93

FL. 02



Quanto ao valor do convênio este sim poderá desde logo constar da minuta.

Sou de parecer que o Executivo Municipal acrescente a mensagem, tão somente o valor do convênio a ser assinado.

S.M.J este é o meu Parecer.

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'Hélder Ríslér de Oliveira'.

HÉLDER RISLER DE OLIVEIRA
Procurador Jurídico - Adjunto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

Estado de Rondônia
PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 010 /PJ/93

EM, 07 DE ABRIL DE 1.993

Pe e-nos o chefe de gabinete para emitir-mos parecer sobre o parecer do Procurador Jurídico Adjunto de nº008/93 no Projeto de Lei nº441/93 devolvido pela Câmara Municipal de acordo com parecer técnico jurídico do poder legislativo.

Em parte o Procurador Jurídico Adjunto está com razão, porém, entendo que fica difícil à Câmara Municipal aprovar o Projeto de Lei que lhe foi submetido, sem dele constar o valor do convênio e o seu prazo de validade.

Surgiu, portanto, que se faça constar do Projeto de Lei, o melhor, da minuta do convênio, para uma melhor apreciação pelos nobres vereadores.

Quanto as assinaturas do prefeito e do Representante da Ceplac, concordo com o parecer de nº 008/93, visto que, o documento que acompanha o Projeto de Lei, é apenas uma minuta do convênio que será assinado após a aprovação da Lei.

A referida minuta só foi enviado com o Projeto, porque há necessidade de uma maior transparência à Lei que se pretende aprovar, e, também porque, o art. 1º do Projeto de Lei menciona que o convênio seria firmado de acordo com o convênio anexo, quando deveria dizer, minuta de convênio anexo.

Somos pelo parecer portanto, de que deverão ser atendidas as observações feitas pela Câmara Municipal, menos as assinaturas das partes que serão dadas após a aprovação da Lei.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

João Jacchi
Procurador Jurídico
62 de 68-01-93

Do Protocolo;



Para pender o ofício 552/GP/93 de 08/06/93
ao Processo 085/93.

Em: 09.06-93

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Flavio".

Do Presidente

Para providências necessárias

Em: 09.06.93

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Flavio".

Ação Legislativa;

Para encaminhar ao Plenário para de-
liberação do Ofício 552/GP/93.

Em: 09-06-93

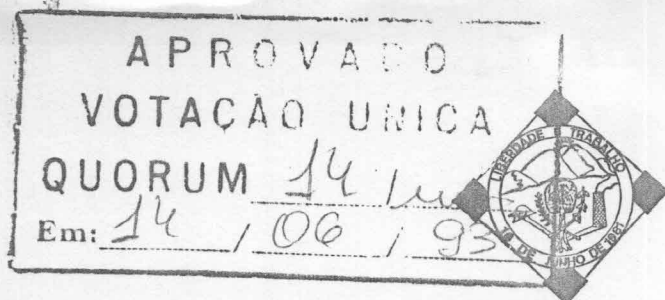
A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Flavio".

Do Plenário

Segue o presente processo,
para conhecimento.

11-06-93.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Antonia Edna P. Dinheiro".
Antonia Edna P. Dinheiro
Chefe de Seção Legislativa
Port. 049 - CMOPO - RO - 93



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 552GP/93

DE 08 DE JUNHO DE 1993.

Senhor Presidente,

Vimos pelo presente comunicar a esta Casa Legislativa a desistência do Projeto de Lei nº 441 de 09 de março de 1993, requerendo a devolução do mesmo ao Poder Executivo.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

AGMAR DE SOUZA GOMES - PIAU
PREFEITO MUNICIPAL

EXMO SR.

AURO VIEIRA CCELHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE - RO.

